



# PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUIA BRANCA

## ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

### EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO AMINISTRATIVO Nº E-Docs 2026-ZHQQR

BASE LEGAL: ART. 75, INCISO I da Lei 14.133/2021

ID CIDADES:2026.003E0700001.09.0087

A Prefeitura Municipal de Águia Branca - ES, torna público aos interessados que a administração municipal pretende realizar Dispensa, com critério de julgamento pelo **menor valor por global**, em conformidade com Art. 75, inciso I da Lei Federal n.º 14.133/2021, e demais legislações aplicáveis.

O objeto da presente dispensa é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA E/OU ARQUITETURA E URBANISMO PARA A ELABORAÇÃO DE PROJETOS TÉCNICOS, ESTUDOS AMBIENTAIS, MEMORIAIS E PEÇAS TÉCNICAS NECESSÁRIAS PARA A OBTENÇÃO DA LICENÇA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO (LMR) DO LOTEAMENTO ÁGUAS CLARAS, DESTINADO À IMPLANTAÇÃO DE CASAS POPULARES (HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL) NO MUNICÍPIO DE ÁGUIA BRANCA/ES, INCLUINDO O SUPORTE TÉCNICO À OBTENÇÃO DAS MANIFESTAÇÕES, OUTORGAS E CERTIDÕES EXIGIDAS PELOS ÓRGÃOS COMPETENTES**, podendo eventuais interessados apresentar Propostas de Preços no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar desta Publicação, oportunidade em que a administração escolherá a mais vantajosa.

**LIMITE PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS: até às 13h00min do dia 16 de JUNHO DE 2026.**

A proposta de Preços deverá ser entregue pelo endereço eletrônico: [licitacao@aguia branca.es.gov.br](mailto:licitacao@aguia branca.es.gov.br) até a data limite de apresentação da proposta, conforme descrito acima.

**NA DATA E HORÁRIO LIMITE PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS, NO SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES DESTA PREFEITURA MUNICIPAL, TODAS AS PROPOSTAS APRESENTADAS PELAS EMPRESAS ESTARÃO DISPONÍVEIS A QUAISQUER INTERESSADOS, INCLUSIVE AS PROPOSTAS DE ORÇAMENTOS QUE SERVEM DE BASE PARA ESTE PROCEDIMENTO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO, FICANDO OS INTERESSADOS DESDE JÁ COMUNICADOS PARA QUE FACULTATIVAMENTE POSSAM PARTICIPAR DA APURAÇÃO DE JULGAMENTO DO REFERIDO PROCESSO.**

**NO JULGAMENTO DO PROCESSO SERÃO CONSIDERADAS TODAS AS PROPOSTAS APRESENTADAS, INCLUSIVE AS PROPOSTAS DE ORÇAMENTOS ENVIADAS PREVIAMENTE E QUE SERVIRAM DE BASE PARA ESTA DISPENSA DE LICITAÇÃO.**

As informações inerentes a este procedimento de dispensa de licitação serão divulgadas em [www.aguia branca.es.gov.br](http://www.aguia branca.es.gov.br).

Outras informações poderão ser obtidas através do endereço eletrônico: [licitacao@aguia branca.es.gov.br](mailto:licitacao@aguia branca.es.gov.br) ou pelo telefone (27) 3745-1357

#### 1. OBJETO

1.1 **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA E/OU ARQUITETURA E URBANISMO PARA A ELABORAÇÃO DE PROJETOS TÉCNICOS, ESTUDOS AMBIENTAIS, MEMORIAIS E PEÇAS TÉCNICAS NECESSÁRIAS PARA A OBTENÇÃO DA LICENÇA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO (LMR) DO LOTEAMENTO ÁGUAS CLARAS, DESTINADO À IMPLANTAÇÃO DE CASAS POPULARES (HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL) NO MUNICÍPIO DE ÁGUIA BRANCA/ES, INCLUINDO O SUPORTE TÉCNICO À OBTENÇÃO DAS MANIFESTAÇÕES, OUTORGAS E CERTIDÕES EXIGIDAS PELOS ÓRGÃOS COMPETENTES.**

#### 2- CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO



# PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA

## ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

2.1 - Poderão participar deste pregão presencial somente os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta dispensa de licitação, conforme disposto nos respectivos atos constitutivos, que atenderem todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste edital e seus anexos e ainda que:

2.1.1 atendam às condições deste edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação;

2.1.2 que possuam e apresentem a documentação na forma estabelecida neste edital;

2.1.3 tenham o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação e de que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.

2.1.4 Não possuem em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

2.1.5 Não estejam cumprindo penalidade de suspensão temporária imposta pela Administração Pública municipal, direta e indireta, em face da hipótese prevista no inciso III do Art. 156, da Lei nº 14.133/2021;

2.1.6 Não sejam declaradas inidôneas em qualquer esfera de Governo, em face da hipótese prevista no inciso IV do Art. 156, da Lei nº 14.133/2021;

2.1.7 Não estejam sob falência, dissolução ou liquidação;

2.1.8 As empresas que estiverem em processo de recuperação judicial ou recuperação extrajudicial deverão apresentar como condicionante de sua habilitação, sentença homologatória do plano de recuperação judicial e/ou Certificação judicial de que está apta econômica e financeiramente a suportar o cumprimento de um futuro contrato com a Administração pública.

2.1.9 Não estejam enquadradas no disposto do Art. 14, da Lei nº 14.133/2021.

2.1.10 Sejam estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.2 Para a participação de CONSÓRCIOS deverão ser atendidas as condições previstas no Art. 15 da Lei nº 14.133/2021.

2.2.1 Não poderá participar do consórcio pessoa física ou jurídica que tenha sido indicada, nesta mesma licitação, como subcontratada de outra licitante, quando assim for permitido.

2.2.2 A empresa integrante de consórcio não poderá participar isoladamente ou em mais de um consórcio, na mesma licitação. Também estará impedida empresa ou firma na qual figure, entre seus diretores, responsáveis técnicos ou sócios, pessoa que seja funcionário, diretor, responsável técnico ou sócio de empresa consorciada.

2.2.3 No caso da participação de consórcios, serão exigidas as comprovações de Habilitação de CADA UMA DAS EMPRESAS participantes do consórcio, admitindo-se, para efeito de qualificação técnica, o somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;

2.2.4 As Pessoas Jurídicas que participarem em consórcio deverão apresentar, além dos documentos exigidos neste Edital, o TERMO DE COMPROMISSO DE CONSTITUIÇÃO DO CONSÓRCIO, por escritura pública ou documento particular subscrito por todas, que deverá atender aos seguintes critérios, sob pena de desclassificação:

a) A designação do consórcio, a indicação da participação nesta licitação e execução do contrato dela decorrente como seu objeto e o endereço em que está estabelecido;

b) A qualificação das empresas participantes e a forma de composição do consórcio, indicando o percentual de participação de cada uma na execução do objeto licitado;

c) Discriminar a empresa líder;

d) O prazo de duração de consórcio, que deve, no mínimo, ser 180 (cento e oitenta) dias superior à data de conclusão do objeto da licitação, admitindo-se cláusula de prorrogação;

e) Detalhar a participação, as obrigações e a responsabilidade solidária de cada consorciado pelos atos praticados por qualquer deles tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato;

f) Declarar que o consórcio não se constitui, nem se constituirá, em pessoa jurídica



# PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA

## ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

distinta da de seus membros, nem terá denominação própria ou diferente de seus consorciados.

2.2.5 A empresa líder será a responsável pela realização dos atos que cumpram ao consórcio, assim como por representar o consórcio junto ao órgão licitante.

2.2.6 Os integrantes do consórcio respondem solidariamente pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.

2.2.7 Não será permitida a modificação da composição do consórcio ou a substituição de consorciado até a conclusão do objeto do certame, ressalvada, se permanecerem as condições de habilitação, a autorização expressa do órgão licitante.

2.2.8 O Licitante vencedor, se constituído sob a forma de consórcio, deverá apresentar, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do Termo de Compromisso de Constituição do Consórcio.

2.2.9 No caso de consórcio, para atendimento ao EFD-REINF, da Receita Federal, para fins de recebimento junto ao Órgão, o Contrato deverá ser formalizado em nome do consórcio e o pagamento será realizado em conta bancária em nome do Consórcio.

2.2.10 No consórcio entre empresas brasileiras e estrangeiras a liderança caberá, obrigatoriamente, à empresa brasileira.

2.2.11 A observância das vedações do item anterior é de inteira responsabilidade do licitante que, pelo descumprimento, fica sujeito à desclassificação no certame e às penalidades cabíveis.

2.2.12 O Agente da Contratação poderá promover diligências para averiguar a veracidade das informações constantes nos documentos apresentados pelas empresas licitantes acerca das condições de participação.

2.2.13 As diligências promovidas pelo Agente da Contratação/Pregoeiro poderão envolver a solicitação de outros documentos e informações para a tomada de decisão.

2.2.13 A apresentação da proposta implica plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste edital e seus anexos, bem como obrigatoriedade do cumprimento das disposições nela contidas, assumindo o proponente o compromisso de executar a contratação nos termos propostos.

2.2.14 Todos os avisos relativos aos atos praticados durante o procedimento de dispensa de licitação serão efetuados pelo Agente da Contratação em [www.aguiabranca.es.gov.br](http://www.aguiabranca.es.gov.br).

### 3. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

3.1 As propostas deverão preferencialmente seguir o modelo que consta no ANEXO II e conter as seguintes informações básicas:

- a) Razão Social, número de inscrição no CNPJ, endereço, representante legal e demais dados cadastrais;
- b) Descrição dos itens com seus respectivos valores, pelos quais a empresa interessada se compromete a efetuar os serviços e cumprir com todas as exigências do Edital e seus anexos, conforme especificações disponibilizadas pela Administração Municipal (Planilha orçamentária e cronograma físico-financeiro);
- c) Valor Global da proposta.
- d) Prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a 60(sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- e) Será desclassificada a proposta que:
  - e1) Contiver vícios insanáveis;
  - e2) Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital e seus anexos;
  - e3) Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
  - e4) Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;



# PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA

## ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

e5) Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

3.2 Para fins de julgamento das propostas será considerado o critério de menor preço global e em caso de empate serão aplicadas as disposições da Lei nº 14.1333/2.021.

3.3 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Edital.

#### **4. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

4.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação, o Agente de Contratação verificará o eventual descumprimento das condições de participação previstas neste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

4.1.1 Na avaliação descrita acima serão consultados os seguintes cadastros:

4.1.1.1 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União - <https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis> ;

4.1.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União - <https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep> ;

4.1.1.3 Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça - [www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

4.1.1.4 Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:0>;

4.1.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

4.1.3 Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, a Comissão de Contratação diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

4.1.3.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

4.1.4 A empresa interessada será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

4.1.5 Constatada a existência de sanção, o licitante ficará impedido de participar da presente dispensa de licitação, por falta de condição de participação.

4.1.6 Após a verificação das condições dos itens antecedentes, os documentos de habilitação serão apreciados nos termos do presente edital e, após análise, será declarado vencedor a empresa classificada em primeiro lugar, caso tenha atendido a todas as exigências do edital.

4.1.7 A verificação pela PMAB-ES nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação;

4.1.8 Os documentos necessários à habilitação deverão estar com prazo vigente, à exceção daqueles que, por sua natureza, não contenham validade, e que nestes casos deverão observar o estabelecido na legislação pertinente ou prazo exclusivo estabelecido neste Edital, quando for o caso;



# PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA

## ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

4.1.8.1 Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, ressalvados os casos estabelecidos neste subitem, o Agente de Contratação aceitará como válidas as expedidas até 180 (cento e oitenta) dias imediatamente anteriores à data da sessão pública para entrega dos envelopes.

4.1.9 Não serão aceitos "protocolos de entrega" ou "solicitação de documento" em substituição aos documentos requeridos neste edital.

4.1.10 Na hipótese da proposta arrematante não for aceitável, ou se a empresa não atender às exigências habilitatórias ou se recusar a assinar o contrato, o Agente de Contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma que atenda ao edital.

4.1.11 Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, em cópia autenticada ou em cópia simples que, à vista do original, será autenticada por membro da Comissão de Contratação no momento da sua apresentação.

4.1.12 Caso o objeto contratual venha a ser cumprido por filial da empresa, os documentos exigidos neste Edital deverão ser apresentados tanto pela matriz quanto pelo estabelecimento (filial) que executará o objeto do contrato, no que couber.

**4.1.13 Matriz e filiais.** O licitante que se considerar isento ou imune de tributos relacionados ao objeto desta dispensa de licitação, cuja regularidade fiscal seja exigida no presente Edital, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração emitida pela correspondente Fazenda do domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

4.1.14. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de Contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

4.1.15 Será considerada vencedora do certame a empresa que, cumprindo todos os requisitos de habilitação e atendendo às demais condições previstas neste Edital e em seus anexos, oferecer o menor preço.

**4.2 OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** serão exigidos apenas da empresa vencedora, nos termos do inciso II, artigo 63 da lei federal 14.133 e conforme estabelecido neste edital, devendo ser apresentado os seguintes documentos, **NO PRAZO DE ATÉ DOIS DIAS ÚTEIS APÓS A DATA DE JULGAMENTO DA PRESENTE DISPENSA DE LICITAÇÃO, ESTABELECIDA NO PREAMBULO DESTE EDITAL:**

### **4.2.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA**

4.2.1.1 Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

4.2.1.2 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

4.2.1.3 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

4.2.1.4 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

4.2.1.5 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA**

## **ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

4.2.1.6 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

4.2.1.7 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

4.2.1.8 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **4.2.2. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

4.2.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, que indique a situação ativa e regular da empresa;

4.2.2.2 Prova de inscrição no cadastro de contribuinte estadual e/ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

4.2.2.3 Prova de regularidade perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

4.2.2.4 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), por meio da apresentação do CRF – Certificado de Regularidade do FGTS;

4.2.2.5 Prova de Regularidade perante a Fazenda Pública Estadual expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda, do domicílio ou sede do licitante.

4.2.2.6 Prova de Regularidade perante a Fazenda Pública Municipal do domicílio ou sede do licitante, válida na data de abertura do envelope HABILITAÇÃO.

4.2.2.7 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943

4.2.2.8 Prova de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (Declaração unificada - modelo Anexo V)

4.2.2.9 Caso o licitante seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

4.2.2.10 O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e/ou municipal.

### **4.2.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**



# PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA

## ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

**4.2.3.1 CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA**, expedida pelos Cartórios Distribuidores competentes da sede da pessoa jurídica, emitida há, no máximo, 60 (sessenta) dias, quando outro prazo de validade não estiver expresso no documento.

4.2.3.1.1 - As empresas que apresentarem certidão positiva de RECUPERAÇÃO JUDICIAL poderão participar desta licitação desde que o Juízo em que tramita o procedimento dispense a apresentação da Certidão Negativa de Recuperação Judicial ou certifique que a empresa está em condições de contratar com a Administração Pública;

4.2.3.1.2 - O fato de o licitante encontrar-se em situação de Recuperação Judicial não o exime de comprovar sua qualificação econômico-financeira, pela apresentação de índices ou comprovação de Capital Social/Patrimônio Líquido mínimo, na forma exigida neste instrumento.

### **4.2.4 COMPROVAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

4.2.4.1 Certidão de Registro ou Inscrição da empresa, mediante apresentação da Certidão de Registro e Quitação da Pessoa Jurídica - CRQPJ, junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) da sede da empresa, obedecidas as atualizações cadastrais e dentro do seu prazo de validade;

4.2.4.2 - Certidão de Registro ou Inscrição do(s) Responsável(is) Técnico(s) da empresa, mediante apresentação da Certidão de Registro e Quitação da Pessoa Física - CRQPF, junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) da sede da empresa, obedecidas as atualizações cadastrais e dentro do seu prazo de validade;

**4.2.4.2.1 A participação de Profissionais na área de Arquitetura (CAU), com a finalidade de cumprir com todas as exigências desta Dispensa de Licitação, somente será admitida se o referido objeto for compatível com as atribuições das atividades dos referidos profissionais, conforme estabelecido na legislação vigente.**

### **4.2.5 DECLARAÇÕES DIVERSAS**

4.2.5.1 Declaração Unificada (Anexo IV)

### **4.2.6 COMPROVAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE ((OBRIGATÓRIO PARA EMPRESAS QUE DESEJAREM USUFRUIR DAS PRERROGATIVAS DA LEI COMPLEMENTAR 123/2006 E SUAS RESPECTIVAS ALTERAÇÕES)**

4.2.6.1 Declaração firmada por seu representante legal de que a empresa está enquadrada como Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou Microempreendedor Individual (MEI), conforme Modelo - **ANEXO IV** (itens 12 e 13 da declaração unificada), bem como também apresentar no mesmo momento a **CERTIDÃO EXPEDIDA PELA JUNTA COMERCIAL** (exigência somente para ME e EPP) (expedida no máximo a 90 (noventa) dias da data prevista para abertura da presente licitação), seguindo a previsão da Instrução Normativa DREI nº 10/2013 ou norma que venha a substituí-la.

4.2.6.2 Caso a empresa enquadrada como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte seja optante pelo Sistema Simples Nacional de Tributação, regido pela Lei Complementar nº 123/2006, deverá apresentar também o comprovante de opção obtido no site do Ministério da Fazenda (<http://www.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional>).

4.2.6.3 A empresa que apresentar declaração falsa responderá por seus atos na esfera civil, penale administrativa.

## **5 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**5.1 Informações sobre o presente procedimento encontram-se divulgadas e atualizadas no sítio eletrônico do município <http://www.aguiabranca.es.gov.br>.**



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA**

### **ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

5.2 No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), inclusive referente às propostas apresentadas por ocasião da pesquisa de preços que serviu de base para o presente procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas, a Administração poderá republicar o presente Edital de dispensa de licitação comunicando nova data, fixando prazo para que possa haver adequação das propostas ou documentação de habilitação, conforme o caso.

5.3 Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão, quando for o caso.

5.4 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

5.5 Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento observarão o horário local do Município, inclusive para contagem de tempo relativa ao procedimento.

5.6 No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrando nos autos do processo e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

5.7 As normas disciplinadoras deste processo de Contratação Direta por dispensa de licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

5.8 O prestador do serviço assume todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

5.9 Em caso de divergência entre disposições deste Edital para contratação direta por dispensa de licitação e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo prevalecerão as deste Edital.

5.10 A interposição de recursos referentes aos atos praticados deverá observar o disposto nos art. 164 e 165 da Lei nº 14.133, de 2021. As impugnações, recursos, resultados e demais atos pertinentes a este edital poderão ser consultados no endereço [www.aguiabranca.es.gov.br](http://www.aguiabranca.es.gov.br).

5.11 A Administração municipal e as licitantes comprometem-se a observar os preceitos legais instituídos pelo ordenamento jurídico brasileiro no que tange ao combate à corrupção, em especial a Lei nº 12.846, de 1º de Agosto de 2013, e, no que forem aplicáveis, os seguintes tratados internacionais: Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais (Convenção da OCDE) - promulgada pelo Decreto nº 3.678, de 30 de novembro de 2000; a Convenção Interamericana Contra a Corrupção (Convenção da OEA) - promulgada pelo Decreto nº 4.410, de 7 de outubro de 2002; e a Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção (Convenção das Nações Unidas) - promulgada pelo Decreto nº 5.687, de 31 de janeiro de 2006.

5.12 O licitante é responsável pela veracidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase do Pregão, cabendo responsabilização na esfera civil, penal



# PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA

## ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

administrativa pela prática de atos fraudulentos.

5.13 Ao participar de processo de contratação promovido por este Município, o licitante - titular dos dados registra a manifestação livre, informada e inequívoca pela qual concorda com o tratamento de seus dados pessoais para finalidade específica, em conformidade com a Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD);

5.14 O licitante - titular dos dados – está ciente de o **CONTRATANTE** - controlador dos dados – sempre que possível, tomar decisões referentes ao tratamento de seus dados pessoais, bem como realizar o tratamento de tais dados, envolvendo operações como as de coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.

5.16 O **CONTRATANTE** - controlador - fica autorizado a compartilhar os dados pessoais do Titular com outros agentes de tratamento de dados, caso seja necessário para finalidade específica, observados os princípios e as garantias estabelecidas pela Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

5.17 Caberá à **CONTRATADA** e ao **CONTRATANTE** proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, garantindo que:

5.18 O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos arts. 7º e/ou 11 da Lei nº 13.709/2018 o qual se submete o objeto deste Edital, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, respeitadas as regras previstas pelos arts. 23 a 30 da Lei nº 13.709/2018.

5.19 O tratamento seja limitado às atividades necessárias para atingir as finalidades de execução do objeto contratado.

5.20 Os sistemas, que servirão de base para armazenamento dos dados pessoais coletados, deverão seguir as políticas de segurança e acesso determinado pela Política de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade da **PMAB-ES**.

5.21 Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, a **CONTRATADA** interromperá o tratamento dos dados pessoais disponibilizados pelo **CONTRATANTE** e eliminará completamente os dados pessoais e todas as cópias porventura existentes, seja em formato digital ou físico, salvo quando a **CONTRATADA** tenha que manter os dados para cumprimento de obrigação legal ou outra hipótese da LGPD.

5.22 O **CONTRATANTE** poderá manter e tratar os dados pessoais do Titular durante todo o período em que eles forem pertinentes ao alcance das finalidades listadas neste edital.

5.23 Dados pessoais anonimizados, sem possibilidade de associação ao indivíduo, poderão ser mantidos por período indefinido.

5.24 O Titular poderá solicitar ao **CONTRATANTE**, a qualquer momento, que sejam eliminados os seus dados pessoais não anonimizados, desde que não autorizada a conservação para finalidades previstas em lei.

5.25 O Titular tem direito a obter do **CONTRATANTE** a relação dos dados por ele tratados, a qualquer momento mediante requisição, conforme art. 18, capítulo III, LGPD.

5.26 O **CONTRATANTE** responsabiliza-se pela manutenção de medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA

## ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

5.27 Em conformidade ao art. 48 da Lei nº 13.709/2018, o Controlador comunicará ao Titular e à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) a ocorrência de incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante ao Titular.

5.28 Integram este Edital de contratação direta por dispensa de licitação, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- Planilha orçamentária e cronograma físico-financeiro elaborados pela Administração Municipal;
- Projeto (Croqui)
- Memoriais

ANEXO I – Termo De Referência

ANEXO II – Modelo de Proposta de Preços;

ANEXO III – Minuta de Termo de Contrato;

ANEXO IV – Declaração unificada

Água Branca – ES, 11 de junho de 2026.

**JULIANA DELEVEDOVE BERGAMI**  
Secretária Municipal de Administração



# PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA

## ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

### ANEXO I

#### Dispensa de Licitação

#### TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo E-Docs nº 2026-ZHQQR

#### TERMO DE REFERÊNCIA

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS E ESTUDOS TÉCNICO-AMBIENTAIS VISANDO À OBTENÇÃO DA LICENÇA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO (LMR) DO LOTEAMENTO ÁGUAS CLARAS, DESTINADO À IMPLANTAÇÃO DE CASAS POPULARES (HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL)**

Contratação Direta por Dispensa de Licitação – art. 75 da Lei nº 14.133/2021

<b>Processo Administrativo nº</b>	01/06/2026
<b>Órgão/Setor demandante</b>	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos
<b>Modalidade</b>	Contratação direta – Dispensa de licitação (art. 75, I, Lei nº 14.133/2021)
<b>Regime de execução</b>	Empreitada por preço global
<b>Critério de julgamento</b>	Menor preço global

### 1. DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa especializada em engenharia e/ou arquitetura e urbanismo para a elaboração de projetos técnicos, estudos ambientais, memoriais e peças técnicas necessárias à instrução do processo de Licença Municipal de Regularização (LMR) do Loteamento Águas Claras, destinado à implantação de casas populares (habitação de interesse social) pelo Município de Água Branca/ES, bem como ao suporte técnico para a obtenção das manifestações, outorgas e certidões exigidas pelos órgãos competentes, conforme especificações constantes deste instrumento e do checklist de documentação anexo.

1.2. A contratação será realizada por meio de contratação direta, na forma de dispensa de licitação em razão do valor, nos termos do art. 75, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

1.3. Identificação do empreendimento: Loteamento Águas Claras, localizado na localidade de Águas Claras, Município de Água Branca/ES (Comarca de Água Branca/ES), de propriedade do Município de Água Branca, matrícula nº 1.641 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Água Branca/ES. O empreendimento destina-se à implantação de casas populares (habitação de interesse social) e compreende 05 (cinco) quadras (Q01 a Q05), com lotes residenciais, área total de 32.234,24 m<sup>2</sup>. O levantamento planialtimétrico georreferenciado já se encontra executado (Datum SIRGAS 2000, Sistema UTM, Fuso 24S; curvas de nível de metro a metro; cotas entre 294,00 m e 308,00 m), e será fornecido pela CONTRATANTE como base para a elaboração dos demais projetos.

### 2. DA JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. O Município de Água Branca/ES promove a implantação do Loteamento Águas Claras com a finalidade de viabilizar a construção de casas populares, destinadas ao atendimento de famílias de baixa renda no âmbito de programa habitacional de interesse social, atendendo à função social da propriedade e ao direito à moradia digna, nos termos dos arts. 6º, 23, IX, e 182 da Constituição Federal.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA

## ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

2.2. A redução do déficit habitacional do Município e a oferta de unidades habitacionais regularizadas constituem ações de relevante interesse público, exigindo, contudo, o prévio e regular licenciamento do parcelamento do solo, na forma da Lei Federal nº 6.766/1979, da legislação ambiental aplicável e das normas municipais de uso e ocupação do solo, como condição para aprovação, implantação e registro do empreendimento.

2.3. A obtenção da Licença Municipal de Regularização (LMR) depende da apresentação de um conjunto de projetos técnicos e estudos ambientais de elevada complexidade, que demandam profissionais legalmente habilitados e registrados em seus conselhos de classe (CREA/CAU), com a emissão das respectivas Anotações de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registros de Responsabilidade Técnica (RRT).

2.4. O Município já dispõe do levantamento planialtimétrico georreferenciado e dos projetos urbanístico, de terraplenagem e do mapa de declividades da área; contudo, não possui em seu quadro próprio corpo técnico em quantidade e especialização suficientes para a elaboração tempestiva dos projetos de infraestrutura (drenagem, água, esgoto e ETE), do memorial de concepção e dos estudos ambientais exigidos, justificando-se a contratação de empresa especializada para a execução do objeto.

2.5. A solução pretendida atende ao interesse público ao viabilizar a regularização e a implantação do empreendimento habitacional, a segurança jurídica do parcelamento, a adequada infraestrutura urbana e o controle ambiental da área, em conformidade com o checklist de documentação da LMR que integra este Termo.

2.6. Estima-se que o valor da contratação seja inferior ao limite legal de dispensa em razão do valor para obras e serviços de engenharia, atualizado para R\$ 130.984,20 (cento e trinta mil, novecentos e oitenta e quatro reais e vinte centavos) pelo Decreto nº 12.807/2025, conforme demonstrado na pesquisa de preços, vedado o fracionamento indevido da despesa.

### 3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO E DO ESCOPO DOS SERVIÇOS

3.1. A solução compreende a elaboração integral dos projetos, estudos e documentos técnicos relacionados a seguir, observados as normas técnicas vigentes (ABNT), a legislação ambiental e urbanística e as diretrizes dos órgãos licenciadores, incluindo o Sistema de Licenciamento e Controle das Atividades Poluidoras ou Degradoras do Meio Ambiente (SILCAP), instituído pelo Decreto Estadual nº 4.039-R/2016.

3.2. Os serviços abrangem, no mínimo:

#### 3.2.1. Peças de concepção

- Memorial descritivo do empreendimento, contemplando a concepção da infraestrutura básica: abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem pluvial, coleta e destinação de resíduos sólidos urbanos, energia elétrica e pavimentação do sistema viário, compatibilizado com o projeto urbanístico já existente;

#### 3.2.2. PROJETOS DE INFRAESTRUTURA

- Projeto do sistema de drenagem pluvial, indicando pavimentação, galerias, coletores, sarjetas, lançamento final, dispositivos dissipadores de energia, dispositivos de retenção e infiltração e demais elementos relevantes, com memorial descritivo, apto à aprovação municipal;
- Projeto do sistema de abastecimento de água, indicando rede de distribuição, elevatórias e linhas de recalque, com memorial descritivo, apto à aprovação pela concessionária local;
- Projeto do sistema de coleta, tratamento e disposição final de esgoto sanitário, indicando rede coletora, com memorial descritivo, apto à aprovação pela concessionária local;
- Projeto da Estação de Tratamento de Esgotos (ETE), quando aplicável, contendo memorial descritivo e de cálculo, incluindo emissário de lançamento de efluente final;



# PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA

## ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

### 3.2.3. Estudos ambientais

- Estudo ambiental aplicável – Plano de Controle Ambiental (PCA), Relatório de Controle Ambiental (RCA) ou Estudo de Impacto Ambiental (EIA) – conforme o enquadramento previsto no Decreto Estadual nº 4.039-R/2016 (SILCAP), acompanhado da respectiva ART;

### 3.2.4. Responsabilidade técnica e suporte ao licenciamento

- Emissão das Anotações de Responsabilidade Técnica (ART) de elaboração de todos os projetos;
- Emissão das Anotações de Responsabilidade Técnica (ART) de execução, quando exigíveis para os projetos correspondentes;
- Elaboração técnica e/ou apoio à obtenção das manifestações e atos dos órgãos competentes, quando aplicável ao empreendimento, tais como: laudo do IDAF com mapa georreferenciado (APP Reserva Legal, áreas de supressão e de parcelamento); carta de viabilidade da concessionária de energia elétrica; manifestações da SECULT e do IPHAN; manifestações de órgãos gestores de rodovias, ferrovias, dutovias e linhas de transmissão; e portarias de outorga ou certidões de dispensa de uso de recursos hídricos para captação e/ou lançamento de efluentes;
- Compilação, organização e entrega de toda a documentação em conformidade com o checklist da LMR, incluindo os demais documentos do checklist básico de documentos exigido pelo Município.

3.3. Não integram o escopo de elaboração, por já se encontrarem prontos e que serão fornecidos pelo Município de Água Branca à CONTRATADA como base, o levantamento planialtimétrico georreferenciado, o projeto urbanístico georreferenciado, o projeto de terraplenagem (com balanço de volumes e eventuais áreas de bota-fora/empréstimo) e o mapa de declividades. Igualmente serão fornecidos pelo empreendedor os documentos que dependam de atos cartoriais ou de declaração municipal (por exemplo, Declaração Municipal de zoneamento e Certidão de Inteiro Teor do imóvel). Cabe à CONTRATADA compatibilizar os projetos sob sua responsabilidade com tais peças e orientar a instrução do processo.

3.4. A necessidade dos itens condicionais (ETE própria, captação de recursos hídricos, intervenções em faixas de domínio e manifestações de SECULT/IPHAN) será confirmada conforme as características do empreendimento e o resultado dos estudos, devendo a CONTRATADA elaborá-los quando aplicáveis, sem ônus adicional não previsto na proposta.

## 4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Todos os projetos, estudos, memoriais e peças deverão ser elaborados por profissionais legalmente habilitados, com registro ativo no CREA e/ou CAU, observadas as atribuições profissionais pertinentes a cada serviço.

4.2. Os produtos deverão observar as normas técnicas da ABNT, a legislação federal, estadual e municipal aplicável e as diretrizes específicas dos órgãos licenciadores e das concessionárias.

4.3. As entregas deverão ocorrer em meio impresso (vias necessárias à protocolização) e em meio digital editável e não editável (PDF assinado digitalmente, além de dwg e shapefile desbloqueados, quando aplicável), com geometrias georreferenciadas no sistema de coordenadas oficial adotado pelo Município/órgão licenciador.

4.4. A subcontratação parcial de serviços especializados somente será admitida mediante prévia e expressa autorização da CONTRATANTE, mantida a responsabilidade integral da CONTRATADA.

4.5. A CONTRATADA cederá à CONTRATANTE os direitos patrimoniais sobre os produtos elaborados, podendo a Administração utilizá-los nos processos de aprovação e regularização.

## 5. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Os serviços serão executados por etapas, conforme cronograma físico a ser pactuado, observado o prazo global de 60 (sessenta) dias corridos contados da emissão da Ordem de Serviço, admitida a execução simultânea de etapas compatíveis:



# PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA

## ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Etapa	Produto / Entrega	Prazo (dias corridos)
1	Diagnóstico da área e análise das peças existentes (topografia, projeto urbanístico, terraplenagem e declividades)	10
2	Memorial descritivo do empreendimento (concepção da infraestrutura)	10
3	Projetos de drenagem pluvial, abastecimento de água e esgotamento sanitário (e ETE, se aplicável), com memoriais	20
4	Estudo ambiental (PCA/RCA/EIA) e ARTs	15
5	Compilação final, protocolização e atendimento a exigências dos órgãos.	05

5.2. Prazo global estimado de execução: 60 (sessenta) dias corridos, admitida prorrogação mediante justificativa técnica aceita pela CONTRATANTE.

5.3. A CONTRATADA deverá promover as adequações decorrentes de exigências (notas técnicas/parecer) dos órgãos licenciadores e concessionárias, durante a vigência contratual, sem ônus adicional, até a aptidão das peças à aprovação.

5.4. Os produtos serão recebidos provisoriamente pelo fiscal, para verificação de conformidade, e definitivamente após análise e aceite, nos termos do art. 140 da Lei nº 14.133/2021.

### 6. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. A gestão e a fiscalização do contrato serão exercidas por servidor (es) formalmente designado(s), nos termos dos arts. 117 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

6.2. Compete ao fiscal acompanhar a execução, conferir as entregas, atestar a conformidade dos produtos, comunicar irregularidades e propor a aplicação de sanções quando cabível.

6.3. A comunicação entre as partes dar-se-á preferencialmente por meio formal e eletrônico, com registro das tratativas e das ocorrências em relatório próprio.

### 7. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A medição será realizada por etapa concluída e aceita, conforme o cronograma físico-financeiro, mediante apresentação de nota fiscal/fatura e dos produtos correspondentes.

7.2. O pagamento será efetuado em até [30] dias contados do atesto da nota fiscal pelo fiscal do contrato, condicionado à comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da CONTRATADA.

7.3. As ARTs/RRTs e respectivos comprovantes de recolhimento de taxas profissionais deverão acompanhar a medição da etapa pertinente.

7.4. Eventuais glosas decorrerão da não conformidade dos produtos, sem prejuízo das sanções cabíveis.

### 8. DA SELEÇÃO DO FORNECEDOR E DA HABILITAÇÃO

8.1. A seleção dar-se-á por contratação direta mediante dispensa de licitação (art. 75, I, Lei nº 14.133/2021), preferencialmente por dispensa eletrônica, observando-se o critério de menor preço global e a realização de pesquisa de preços nos termos do art. 23 da referida Lei.

8.2. Para fins de contratação, a empresa deverá comprovar:

- Habilitação jurídica: ato constitutivo/contrato social e documentos dos representantes;
- Regularidade fiscal e trabalhista: CNPJ, certidões de regularidade federal (incl. INSS), estadual, municipal, FGTS e CNDT;



# PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA

## ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

- Qualificação técnica: registro/inscrição da empresa e do(s) responsável (is) técnico(s) no CREA e/ou CAU;
- Qualificação econômico-financeira, quando exigível: certidão negativa de falência/recuperação judicial;
- Declarações exigidas em lei, inclusive de não emprego de menores (art. 7º, XXXIII, CF) e de inexistência de fato impeditivo.

8.3. A CONTRATADA não poderá estar impedida de licitar e contratar com a Administração, observadas as vedações do art. 14 da Lei nº 14.133/2021.

### 9. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

#### 9.1. Da CONTRATADA

- Executar os serviços com zelo técnico, dentro dos prazos e em conformidade com as normas aplicáveis e as diretrizes dos órgãos competentes;
- Disponibilizar profissionais habilitados e emitir as ARTs/RRTs correspondentes;
- Responsabilizar-se, técnica e civilmente, pelos projetos e estudos elaborados, inclusive por vícios e incorreções;
- Realizar correções e complementações decorrentes de exigências dos órgãos, dentro da vigência, sem ônus adicional;
- Manter, durante a execução, as condições de habilitação e qualificação exigidas.

#### 9.2. Da CONTRATANTE

- Fornecer informações, documentos e acessos necessários à execução do objeto;
- Designar fiscal e acompanhar a execução contratual;
- Efetuar os pagamentos nas condições e prazos pactuados;
- Notificar a CONTRATADA sobre eventuais falhas e exigências dos órgãos.

### 10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações sujeitará a CONTRATADA às sanções previstas nos arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa, incluindo advertência, multa, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade, conforme a gravidade.

10.2. As multas serão aplicadas nos percentuais a serem definidos no contrato, incidentes sobre o valor da etapa ou do contrato, conforme o caso, sem prejuízo das demais cominações legais.

### 11. DA ESTIMATIVA DE VALOR E DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. O valor estimado da contratação é de R\$ 54.235,44 (cinquenta e quatro mil, duzentos e trinta e cinco reais e quarenta e quatro centavos), apurado mediante pesquisa de preços realizada conforme o art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e do regulamento aplicável, inferior ao limite de dispensa do art. 75, I (R\$ 130.984,20 – Decreto nº 12.807/2025).

11.2. A despesa correrá à conta da dotação orçamentária ficha nº 105, elemento de despesa 33903900000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA, fonte de recursos 150000000000, do orçamento vigente, observada a disponibilidade financeira.

11.3. É vedado o fracionamento indevido de despesa com o objetivo de enquadramento artificial na hipótese de dispensa em razão do valor.

### 12. DA VIGÊNCIA E DA GARANTIA

12.1. O contrato terá vigência de 90 (noventa) dias, contados de sua assinatura, compreendendo o prazo de execução de 60 (sessenta) dias e a margem para recebimento e ajustes, admitida prorrogação na forma da lei.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA**

## **ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

12.2. A CONTRATADA garante a regularidade técnica dos produtos perante os órgãos licenciadores durante a vigência contratual, comprometendo-se às adequações necessárias à aprovação das peças.

### **13. DOS ANEXOS**

13.1. Integram este Termo de Referência, independentemente de transcrição:

- Anexo I – Checklist de documentação da Licença Municipal de Regularização (LMR) e projeto geométrico do Loteamento Águas Claras;

Água Branca/ES, 02 de junho e 2026.

**JULIO CEZAR PAULINO DA SILVA**

Secretário Municipal de Obras e serviços Urbanos



# PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA

## ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

### ANEXO II

#### Dispensa de Licitação

Processo Administrativo E-Docs nº 2025-LM8Q4

#### PROPOSTA DE PREÇOS (MODELO)

**REFERÊNCIA: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA E/OU ARQUITETURA E URBANISMO PARA A ELABORAÇÃO DE PROJETOS TÉCNICOS, ESTUDOS AMBIENTAIS, MEMORIAIS E PEÇAS TÉCNICAS NECESSÁRIAS PARA A OBTENÇÃO DA LICENÇA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO (LMR) DO LOTEAMENTO ÁGUAS CLARAS, DESTINADO À IMPLANTAÇÃO DE CASAS POPULARES (HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL) NO MUNICÍPIO DE ÁGUA BRANCA/ES, INCLUINDO O SUPORTE TÉCNICO À OBTENÇÃO DAS MANIFESTAÇÕES, OUTORGAS E CERTIDÕES EXIGIDAS PELOS ÓRGÃOS COMPETENTES.**

#### Identificação da Proponente

Razão Social:

CNPJ:

Bairro:

Rua:

Cidade:

Estado:

CEP:

Telefone(s) de contato:

Endereço eletrônico:

1- Submetemos à apreciação de V.S.<sup>a</sup> a nossa proposta relativa à **Dispensa de licitação** em epígrafe, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros que venham a ser verificados na preparação da mesma e declarando aceitar as condições prescritas nos documentos da referida **Dispensa de Licitação**.

2 - O valor de nossa proposta para os **SERVIÇOS** é de R\$ ..... (.....), incluídos todas despesas necessárias para execução dos mesmos, inclusive impostos e taxas.

3 - A validade desta proposta é de ... (.....) dias corridos, a partir da data de sua apresentação (observar o mínimo de 60 dias).

3 - O prazo total para execução integral dos serviços é de ..... (.....) dias (Verificar o prazo máximo estabelecido no Termos de Referência).

4 - Por oportuno, informamos que utilizaremos os equipamentos e a equipe técnica e administrativa que forem necessários à perfeita execução dos **SERVIÇOS**, comprometendo-nos, desde já, a substituir ou aumentar a quantidade dos equipamentos e do pessoal, desde que assim o exija a Fiscalização do MUNICÍPIO.

5 - Na execução dos **SERVIÇOS** observaremos rigorosamente as especificações das Normas Técnicas Brasileiras ou similares, que permitam a obtenção de igual qualidade, bem como as recomendações e instruções da Fiscalização do MUNICÍPIO, assumindo, desde já, a integral responsabilidade pela perfeita realização dos trabalhos, de conformidade com as especificações, normas e padrões desse Município.

6 - Declaramos que visitamos e temos conhecimento dos locais onde se desenvolverão os serviços, bem como as eventuais dificuldades para a boa execução dos mesmos.

7 - Informamos que estamos cientes de que se formos vencedores desta Dispensa de licitação e convocados a firmarmos o respectivo Contrato, o mesmo deverá ser assinado por nosso(s) representante(s) legal(is), nos termos do que dispõem os atos constitutivos desta empresa, o(s) senhor(es) ..... (qualificação, identidade, CPF e endereço residencial).

Atenciosamente

LOCAL E DATA

\_\_\_\_\_  
CARIMBO DA EMPRESA/ASSINATURA DO RESPONSÁVEL

**OBS. SERÃO DESCLASSIFICADAS AS PROPOSTAS QUE APRESENTAREM COTAÇÕES FINAIS CONTENDO PREÇOS EXCESSIVOS, SIMBÓLICOS, DE VALOR ZERO OU INEXEQUÍVEIS, NA FORMA DA LEGISLAÇÃO EM VIGOR, OU AINDA, QUE OFEREÇAM PREÇOS OU VANTAGENS BASEADAS NAS OFERTAS DOS DEMAIS LICITANTES.**



# PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA

## ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Ítem	Especificação	Unidade	Quantidade	Unitário	Valor Total
01	MEMORIAL DESCRITIVO DO EMPREENDIMENTO (concepção da infraestrutura: água, esgoto, drenagem, resíduos, energia e pavimentação)	SERV	01	3.133,33	3.133,33
02	PROJETO DO SISTEMA DE DRENAGEM PLUVIAL, COM MEMORIAL DESCRITIVO	SERV	01	7.500,00	7.500,00
03	PROJETO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, COM MEMORIAL DESCRITIVO	SERV	01	7.000,00	7.000,00
04	PROJETO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO (rede coletora), com memorial descritivo	SERV	01	7.500,00	7.500,00
05	PROJETO DE ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTOS (ete), com memorial de cálculo e emissário — quando aplicável	SERV	01	6.500,00	6.500,00
06	ESTUDO AMBIENTAL (pca/rca/eia) conforme silcap (dec.est. 4.039-r/2016), com ART	SERV	01	10.600,00	10.600,00
07	ANOTAÇÕES DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA (ART) de elaboração e de execução dos projetos	VERBA	01	2.566,67	2.566,67
08	SUPOORTE TÉCNICO PARA OBTENÇÃO DE MANIFESTAÇÕES / OUTORGAS / CERTIDÕES idaf, concessionária de energia, secult, iphan, órgãos de faixa de domínio e recursos	SERV	01	5.133,33	5.133,33
09	COMPILAÇÃO, organização e protocolização da documentação conforme o check list da Imr	SERV	01	3.066,67	3.066,67
				TOTAL	53.000,00

Obs.: Os valores médios foram apurados após pesquisa de mercado realizada pelo Setor de compras desta Prefeitura Municipal.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUIA BRANCA

## ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

### ANEXO III

#### Dispensa de Licitação

Processo Administrativo E-Docs nº 2026-ZHQQR

#### MINUTA DE CONTRATO

Processo Administrativo E-Docs nº 2026-ZHQQR

CONTRATO Nº xxx/2026

Contrato que entre si celebram o Município de Águia Branca Estado do Espírito Santo, por intermédio da \_\_\_\_\_ e a empresa \_\_\_\_\_, na qualidade de contratante e contratada, respectivamente, para o fim expresso nas cláusulas que o integram.

O MUNICÍPIO DE ÁGUIA BRANCA – ES, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua Vicente Pissinatti, 71, Centro, Águia Branca - ES, CEP: 29.795-000, inscrita no CNPJ sob o nº 31.796.584/0001-87, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. \_\_\_\_\_, portador do CPF-MF nº \_\_\_\_\_ e RG nº \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado a empresa \_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado, com sede na cidade de \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por seu representante legal, o Sr.(a) \_\_\_\_\_ na qualidade de vencedor(a) da Dispensa de Licitação – Processo nº \_\_\_\_\_/202x, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, firmam o presente contrato em observância às disposições da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), especificamente de acordo com o Art. 75, inciso I da referida Lei e demais legislação aplicáveis, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO ([art. 92, I e II](#))

- 1.1. O objeto do presente instrumento é \_\_\_\_\_, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
- 1.2 Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
- 1.2.1 O Termo de Referência;
- 1.2.2 A Autorização de Contratação Direta e/ou o Aviso de Dispensa, caso existentes;
- 1.2.3 A Proposta da contratada;
- 1.2.4 Eventuais anexos dos documentos supracitados.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1 O prazo de vigência da contratação é de 90 (noventa) dias contados do(a) \_\_\_\_\_, na forma do [artigo 94 e 105 da Lei nº 14.133, de 2021](#), podendo ser prorrogado na forma da legislação vigente. (prazo de execução 60 dias)

#### CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL ([art. 92, IV, VII e XVIII](#))

3.1 O regime de execução deste contrato será o de empreitada por preços unitários e os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

#### CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1 O valor total da contratação é de R\$ \_\_\_\_\_(.....), conforme relatório de preços por itens, anexo ao presente contrato.

5.1.1 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA

## ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

### **CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

6.1 O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato. Os pagamentos ocorrerão em até 30 dias após os devidos atestes dos serviços executados.

### **CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)**

7.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento/proposta de preços apresentado para esta contratação.

7.2 Havendo prorrogação do presente contrato, na forma da legislação vigente e após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice Nacional de Custo da Construção – INCC ou outro índice específico para os serviços, objeto deste contrato, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

### **CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)**

8.1 São obrigações do Contratante:

8.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.7 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e neste Contrato;

8.8 Cientificar o órgão de representação judicial deste Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.9 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA

## ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

8.9.1 A Administração terá o prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.10 Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 10 (dez) dias.

8.11 Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.12 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

### **CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA (art. 92, XIV, XVI e XVII)**

9.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));

9.3 Comunicar ao contratante, possíveis atrasos na conclusão do objeto contratado, especificando os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.4 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.5 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.6 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.7 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT; e quando for o caso:

9.7.1 Boletim de Medição (BM);

9.7.2 Relatório Fotográfico (RF);

9.7.3 Memória de cálculo;

9.7.4 Diário de obra e;

9.7.5 Controle tecnológico dos materiais, quando for o caso; Valor total das retenções e a Matrícula da obra no INSS (CNO) se for o caso;

9.7.6 Certidão de Registro e Quitação do Conselho Profissional competente e;

9.7.7 Registro ou inscrição do responsável técnico indicado no Conselho Profissional competente devidamente quitada (para o pagamento da 1ª medição).

9.8 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.9 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.10 Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA

## ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

- 9.11 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para qualificação na contratação direta;
- 9.12 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));
- 9.13 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));
- 9.14 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.15 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 9.16 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
- 9.17 Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 9.18 Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;
- 9.19 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 9.20 Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congêneres.
- 9.21 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

### **CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO ([art. 92, XII](#))**

- 10.1 Não haverá exigência de garantia contratual para a execução do objeto do presente contrato.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))**

11.1 Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;



# PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA

## ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

11.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

**I Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

**II Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

**III Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

#### IV Multa:

1 - Moratória de 1.% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 60 (sessenta) dias;

I O atraso superior a 60 (sessenta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

11.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.4.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.4.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será cobrada administrativamente ou judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.4.3 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6 Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7 Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#),



# PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA

## ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).

11.8 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.9 A Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.10 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

11.11 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrente deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

12.1 O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.1.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139 da mesma Lei](#).

12.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.2.1 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.3 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.3.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.3.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.3.3 Indenizações e multas.

12.4 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.5 O contrato poderá ser extinto:

12.5.1 caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função no processo de contratação direta ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021);

12.5.2 caso se constate que a pessoa jurídica contratada possui administrador ou sócio com poder de direção, familiar de detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação ou de autoridade a ele hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante (art. 3º, § 3º, do Decreto n.º 7.203, de 4 de junho de 2010).



# PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA

## ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

13.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento vigente deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Ficha 105 - 007.0070071545100172.024 – MANUTENÇÃO DE PARQUES, PRAÇAS, JARDINS E ARBORIZAÇÃO VIAS PÚBLICAS – 3390390000 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA – FONTE DE RECURSO: 150000000000 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS.

### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))

14.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

15.2 A contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica da contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento na forma da Legislação vigente, na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#).

### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO ([art. 92, §1º](#))

17.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Água Branca/ES para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

\_\_\_\_\_ - ES, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

Testemunhas:

CPF:

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_



# PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA

## ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

### ANEXO IV

#### Dispensa de Licitação

Processo Administrativo E-Docs nº 2026-ZHQQR

#### MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

**Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA E/OU ARQUITETURA E URBANISMO PARA A ELABORAÇÃO DE PROJETOS TÉCNICOS, ESTUDOS AMBIENTAIS, MEMORIAIS E PEÇAS TÉCNICAS NECESSÁRIAS PARA A OBTENÇÃO DA LICENÇA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO (LMR) DO LOTEAMENTO ÁGUAS CLARAS, DESTINADO À IMPLANTAÇÃO DE CASAS POPULARES (HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL) NO MUNICÍPIO DE ÁGUA BRANCA/ES, INCLUINDO O SUPORTE TÉCNICO À OBTENÇÃO DAS MANIFESTAÇÕES, OUTORGAS E CERTIDÕES EXIGIDAS PELOS ÓRGÃOS COMPETENTES

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador(a) do documento de identidade nº \_\_\_\_\_, inscrito(a) no CPF sob o nº \_\_\_\_\_,

Declara:

1 - O atendimento aos requisitos de habilitação estabelecido no Edital e seus anexos, ciente da veracidade das informações, conforme estabelecido no Art. 63 I, da Lei 14.133/2021;

2 - O cumprimento de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme estabelecido no Art. 63 II, da Lei 14.133/2021;

3 - Que a sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta;

4 - O conhecimento de todas as informações e condições locais para cumprimento dos serviços, objeto desta licitação, conforme estabelecido no Art. 67, VI da Lei 14.133/2021;

5 - O cumprimento do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021 (NÃO emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos)

6 - A inexistência de fatos impeditivos e/ou vedações, bem como suspensão temporária ou Declaração de impedimento ou Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, conforme estabelecido na Lei 14.133/2021, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

7 - O pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação, constantes no presente procedimento;

8 - não possuir na cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, nos termos do inciso III e IV do art.1º e no inciso III do art.5º da Constituição Federal.

9- que a proposta apresentada foi elaborada de maneira independente e o seu conteúdo não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado ou discutido com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório e ainda, que a pessoa jurídica que represento, conduz seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e a prática de quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, em atendimento à Lei Federal nº 12.846/2013.

10 - a inexistência no quadro da empresa, de sócios ou empregados com vínculo de parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, ou, ainda, que sejam cônjuges ou companheiros de ocupantes do quadro da Prefeitura Municipal de Água Branca - ES, nos cargos de direção, chefia ou exercentes de função gratificada de mesma natureza, bem como de seus agentes políticos.

11 - que concorda com o tratamento de seus dados pessoais, para finalidade determinada e cumprimento da legislação quanto a publicidade e transparência, pelo Município de Água Branca - ES, doravante denominado Controlador, para que este tome decisões referentes ao tratamento de seus dados pessoais, bem como, para que realize o tratamento de tais dados, envolvendo operações como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.

12 - DECLARA, sob as penas da lei, que se enquadra como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte nos termos do art. 3º da Lei Complementar n.º 123 de 14 de dezembro de 2006, estando apta a se beneficiar das vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo parágrafo 4º, do art. 3º da Lei Complementar n.º 123 de 14 de dezembro de 2006. Tendo conhecimento dos art. 42 a 49 da Lei Complementar n.º 123/2006, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores impeditivas de tal habilitação. **(Preencher somente quando ME e EPP)**

13 - DECLARA também que os contratos que este celebrou com a administração pública não extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme determina o art. 4º, §2º, da Lei 14.133/2021. **(Preencher somente quando ME e EPP)**

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente Declaração para que surta os devidos efeitos legais.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

Nome/CPF/assinatura do representante legal da empresa

Empresa: \_\_\_\_\_

CNPJ nº \_\_\_\_\_